

Demonstrações Financeiras

João Pinheiro Solar Ltda.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

João Pinheiro Solar Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

| | |
|---|----|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... | 1 |
| Demonstrações financeiras | |
| Balanço patrimonial | 4 |
| Demonstração do resultado | 6 |
| Demonstração do resultado abrangente | 7 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... | 8 |
| Demonstração dos fluxos de caixa..... | 9 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 10 |



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À
Diretoria e Quotistas da
João Pinheiro Solar Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da João Pinheiro Solar Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela

supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 29 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Cristiane Hilario'.

Cristiane Cléria S. Hilário
Contadora CRC 1SP243766/O-8

João Pinheiro Solar Ltda.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

| | Nota | 2021 | 2020 |
|-------------------------------|-------------|---------------|--------------|
| ATIVO | | | |
| CIRCULANTE | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 1.147 | 384 |
| Caixa restrito | 5 | 4.057 | 187 |
| Contas a receber | 7 | 213 | 134 |
| Outros ativos | | 274 | 7 |
| Total do ativo circulante | | 5.691 | 712 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Caixa restrito | 5 | 1.040 | 1.493 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 16.017 | - |
| Imobilizado | 8 | 55.369 | 4.670 |
| Direito de uso de ativo | 9 | 8.576 | 897 |
| Intangível | 10 | 4.980 | - |
| Total do ativo não circulante | | 85.892 | 7.060 |
| TOTAL DO ATIVO | | 91.673 | 7.772 |

| | Nota | 2021 | 2020 |
|--|-------------|----------------|-------------|
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores | 11 | 897 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 12 | 2.664 | - |
| Passivo de arrendamento | 9 | 1.204 | 107 |
| Obrigações tributárias | | 55 | 54 |
| Total do passivo circulante | | 4.820 | 161 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Partes relacionadas | 13 | - | 912 |
| Empréstimos e financiamentos | 12 | 74.874 | - |
| Passivo de arrendamento | 9 | 7.942 | 823 |
| Total do passivo não circulante | | 82.816 | 1.735 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Capital social | 14 | 6.072 | 5.680 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | 21 | 1 |
| Reserva de capital | | 90 | 90 |
| Lucros (prejuízos) acumulados | | (2.146) | 105 |
| Total do patrimônio líquido | | 4.037 | 5.876 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 91.673 | 7.772 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Pinheiro Solar Ltda.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|-------------|----------------|-------------|
| Receita operacional líquida | 15 | 892 | 1.024 |
| Custo dos produtos e serviços prestados | 16 | (486) | (316) |
| Lucro bruto | | 406 | 708 |
| Gerais e administrativas | 16 | (267) | (54) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | | 277 | - |
| | | (10) | (54) |
| Resultado antes do resultado financeiro | | 416 | 654 |
| Receitas financeiras | 17 | 569 | 24 |
| Despesas financeiras | 17 | (2.817) | (157) |
| | | (2.248) | (133) |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | | (1.832) | 521 |
| Imposto de renda e contribuição social | | (102) | (100) |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | | (1.935) | 421 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Pinheiro Solar Ltda.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|---------------------------------------|-----------------------|-------------|
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | (1.935) | 421 |
| Resultado abrangente do exercício | <u>(1.935)</u> | <u>421</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Pinheiro Solar Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

| | Capital social subscrito | Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) | Reserva legal | Retenção lucros | Lucros/Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|--------------------------|--|---------------|-----------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado) | 5.680 | - | 40 | 644 | (2) | 6.362 |
| Aumento de capital | - | 1 | - | - | - | 1 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 421 | 421 |
| Destinação do lucro: | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 50 | - | (50) | - |
| Dividendos propostos | - | - | - | - | (908) | (908) |
| Reserva de retenção de lucros | - | - | - | (539) | 539 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 5.680 | 1 | 90 | 105 | (0) | 5.876 |
| Cessão e transferência de quotas recebidas (Nota 14) | 6 | 385 | - | - | (316) | 75 |
| Aumento de capital (Nota 14) | 386 | (385) | - | - | - | 1 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 14) | - | 20 | - | - | - | 20 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | (1.935) | (1.935) |
| Compensação de prejuízos com reservas | - | - | - | (105) | 105 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 6.072 | 21 | 90 | - | (2.146) | 4.037 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Pinheiro Solar Ltda.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|--|-----------------|-------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | (1.935) | 421 |
| Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais: | | |
| Depreciação e amortização | 525 | 244 |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | 3.756 | 102 |
| | 2.346 | 767 |
| Varição dos ativos e passivos operacionais: | | |
| Contas a receber de clientes | (79) | (35) |
| Outros ativos | (261) | 25 |
| Partes relacionadas | (913) | - |
| Fornecedores | 842 | (7) |
| Impostos e tributos a recolher | 122 | 95 |
| Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos | (6.301) | (102) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (130) | (74) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | (4.374) | 669 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | |
| Aquisição de ativo imobilizado e intangível | (55.940) | - |
| Caixa restrito | (3.417) | (1.099) |
| Títulos e valores mobiliários | (16.017) | - |
| Caixa incorporado | 1 | - |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (75.373) | (1.099) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | |
| Captação de mútuo com partes relacionadas | - | 912 |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 80.083 | - |
| Amortização empréstimos e financiamentos | 1 | - |
| Pagamento de passivo de arrendamento (principal) | 406 | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 20 | - |
| Distribuição de dividendos | - | (908) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento | 80.510 | 4 |
| Aumento (redução) líquido(a) do caixa e equivalentes de caixa | 763 | (426) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 384 | 810 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 1.147 | 384 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EBES Sistema de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A João Pinheiro Solar Ltda. (Empresa), constituída em 24 de março de 2017, possui como sócias/quotistas a EBES Sistemas de Energia S.A. controladora com 99,999% das quotas e Finco Assessoria Financeira Eireli com participação de 0,0001%. A Empresa tem a sua sede instalada na Rodovia BR 040, número KM 132, bairro / distrito João Pinheiro, município João Pinheiro - MG, CEP 38.770-000.

A Empresa tem por objeto principal desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriunda de fonte solar, bem como desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas a consecução de tais atividades de geração e comercialização da energia elétrica, incluindo a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia, incluindo, mas não se limitando a equipamentos de geração de energia solar, a estruturação e participação em projetos de geração de energia distribuída relacionado ao sistema de compensação de energia da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Empresa atua desenvolvendo projetos de implantação e operação de Usinas de Micro e Minigeração de Energia Fotovoltaicas (UFVs). Uma vez construída e estabelecida a UFV, a Empresa aluga os ativos de geração implantados nas UFVs para Consórcios (união de CNPJs) ou Cooperativas (união de CPFs e CNPJs) de consumidores de energia. Os consórcios ou cooperativas compartilham os direitos econômicos das UFVs entre consorciados ou cooperados, conforme o caso, e se responsabilizam pelas despesas de gestão, operação e manutenção da UFV alugada, visando se beneficiarem da geração energética correspondente junto às companhias distribuidoras de energia, através de desconto em suas contas de energia.

A Empresa possui 2 (duas) fazendas solares em operação, sendo uma delas com capacidade de geração de energia de 0,99MWac¹ que atende a aproximadamente 70 clientes, pessoas jurídicas, e a outra com 2,5MWac de capacidade, atendendo tanto a pessoas físicas quanto pessoas jurídicas, totalizando aproximadamente 1.180 clientes. Possui também 3 (três) fazendas em fase pré-operacional aguardando conexão com capacidade total de geração de 7,5MWac. Ambas as fazendas estão localizadas no estado de Minas Gerais, totalizando 11MWac, sendo 2 (duas) fazendas conectadas e 3 (três) a serem conectadas. De acordo com a capacidade instalada a alocação de clientes é de aproximadamente 1.800 clientes.

¹ Unidade de produção energética igual a energia produzida pela operação contínua de um megawatt de capacidade durante um período de tempo. MWac é a potência nominal e MWp a potência pico de placas.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Reorganização societária

Como parte da reestruturação societária da Empresa foram realizadas as seguintes transações:

Em 27 de janeiro de 2021, a Empresa incorporou e, conseqüentemente em 01 de fevereiro de 2021, constitui a abertura de filiais das seguintes sociedades pela Empresa pelos valores de livros levantados nesta mesma data:

- SÃO BENTO GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR 17 LTDA., com sede na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, Sebastião Rodrigues da Silveira, s/n, KM 04, Fazenda São Bento da Ressaca, Área Rural, CEP 38.200-000, tornando-se filial da João Pinheiro Solar Ltda partir do dia 01 de fevereiro de 2021;
- LAMBARI GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR 20 LTDA., sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG 190, s/n, KM 03, à esquerda, Zona Rural, CEP 38.500-000, tornando-se filial da João Pinheiro Solar Ltda partir do dia 01 de fevereiro de 2021;
- PIMENTA GERAÇÃO DE ENERGIA 28 LTDA., sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de e Pimenta, Estado de Minas Gerais, na Estrada Pimenta Vila Costina, s/n, KM 01, Fazenda Capão da Lenha, Zona Rural, CEP 35.585-000, tornando-se filial da João Pinheiro Solar Ltda partir do dia 01 de fevereiro de 2021.

Todas as incorporações foram realizadas visando a busca de sinergia das operações com a controladora e as demais empresas do grupo.

As incorporações realizadas pela Empresa, foram fundamentadas no acervo líquido contábil empresas incorporadas, apurados com base nos valores contábeis das respectivas datas de incorporação, sem a geração de ganhos ou perdas, como apresentado abaixo:

| | Acervo líquido incorporado | | | Total |
|--|----------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | São Bento | Lambari | Pimenta | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1 | - | - | 1 |
| Outros créditos | 3 | 4 | - | 7 |
| Circulante | 4 | 4 | - | 8 |
| Direito de uso de ativo | 679 | 3.351 | 1.453 | 5.483 |
| Imobilizado | 41 | 67 | 92 | 200 |
| Intangível | - | 32 | - | 32 |
| Não circulante | 720 | 3.450 | 1.545 | 5.715 |
| Total do ativo | 724 | 3.454 | 1.545 | 5.723 |
| Fornecedores | 11 | 32 | 11 | 54 |
| Obrigações tributárias | 1 | 8 | 2 | 11 |
| Passivo de arrendamento | 79 | 384 | 170 | 633 |
| Circulante | 91 | 424 | 183 | 698 |
| Passivo de arrendamento | 614 | 3.017 | 1.319 | 4.950 |
| Não circulante | 614 | 3.017 | 1.319 | 4.950 |
| Total do passivo | 705 | 3.441 | 1.502 | 5.648 |
| Total do acervo líquido incorporado | 19 | 13 | 43 | 75 |

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Empresa

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Corona Vírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global. Em 11 de março de 2020, a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

A rápida e repentina propagação desta pandemia continua causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais e desencadeando decisões significativas de governos e entidades do setor privado que aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e gerou impactos relevantes na atividade econômica de alguns setores.

Apesar do impacto negativo na economia mundial, a COVID-19 não afetou significativamente o resultado e/ou operações da Empresa nos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2021. No ano de 2020 a Empresa concluiu o projeto de inclusão da pessoa física na base de clientes. Este projeto garantiu que as fazendas, já em operação e novas fazendas, mantivessem sua ocupação conforme o planejado.

Visando reduzir os impactos financeiros a Administração ainda adotou as seguintes medidas:

- Implementação de um comitê de Gestão de Crise;
- Restrições com relação à circulação e a aglomeração de pessoas em suas dependências, como forma de evitar a disseminação do vírus;
- Adoção do regime híbrido em 2021, no período de pandemia, para todos os funcionários;
- Intensificação nos comunicados internos de medidas preventivas.
- Otimização do uso de tecnologia para assegurar o atendimento virtual aos seus clientes, impactando o mínimo possível suas atividades administrativas e operacionais.

Por consequência das medidas apresentadas acima, a Administração considera ter seguido com eficácia os direcionamentos dos órgãos competentes em relação a boas práticas no ambiente de trabalho para prevenção da COVID-19, se adaptou rapidamente à nova realidade de trabalho remoto.

A administração da Empresa continua monitorando o impacto da COVID-19 e a situação global, sua condição financeira, sua liquidez, a situação de seus fornecedores, parceiros e de sua força de trabalho para assegurar a segurança de seus colaboradores e garantir a manutenção de seus negócios.

Adicionalmente, com a normalização da atividade econômica no Brasil, a Empresa não espera efeitos significativos que possam afetar seu resultado ou comprometer sua capacidade operacional e a implementação de novos projetos no próximo exercício.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Empresa, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Empresa, cuja autorização para sua conclusão foi dada em XX de março de 2022.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras da Empresa, salvo disposição em contrário.

2.3.1. Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.3. Principais políticas contábeis--Continuação

2.3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

A Empresa realizou uma avaliação de impacto detalhado na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Mensuração

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, concededoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde:

- Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro;
- Menos as amortizações de principal; e
- Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.3. Principais políticas contábeis--Continuação

2.3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrem.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.3. Principais políticas contábeis--Continuação

2.3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

Os ativos financeiros da Empresa incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, títulos e valores mobiliários, contas a receber e partes relacionadas.

Os passivos financeiros da Empresa incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento e partes relacionadas.

A Empresa não possui transações de Hedge Accounting em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.3. Principais políticas contábeis--Continuação

2.3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

A “provisão para perdas de crédito esperada”, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado às operações e os títulos vencidos há mais de 60 dias, e também com base na experiência histórica de perdas sobre recebíveis, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de curto prazo, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber

Incluem os faturamentos de locação das UFV's para os consórcios e cooperativas registrado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Referem-se a compras de materiais voltados para a elaboração e desenvolvimento dos geradores solares fotovoltaicos, equipamentos para a construção das fazendas solares, serviços a pagar, dentre outros.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.3. Principais políticas contábeis--Continuação

2.3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos aos valores líquidos recebidos pela Empresa, e o diferencial, tratado como encargos financeiros e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

Capitalização de custos de empréstimos

Os custos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Empresa relativos ao empréstimo. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

Os ativos e passivos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificadas no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.3. Principais políticas contábeis--Continuação

2.3.2. Arrendamentos

Até 31 de dezembro de 2018, a Empresa possuía contratos de aluguéis operacionais, referentes a terrenos locados destinados a construção das fazendas.

As contabilizações dos aluguéis eram reconhecidas diretamente no resultado mediante os pagamentos mensais nos vencimentos estipulados em contrato.

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Empresa adotou a norma IFRS 16/CPC 06(R2), que determina que na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros.

A Empresa selecionou como método para a adoção inicial a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial nos ativos e passivos, sem a reapresentação de períodos comparativos. A Empresa aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicou o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e o ICPC 03.

A Empresa como arrendatário

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.3. Principais políticas contábeis--Continuação

2.3.2. Arrendamentos--Continuação

A Empresa como arrendatário--Continuação

Quanto aos arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor, a Empresa aplica a isenção de reconhecimento prevista pela norma a seus arrendamentos de curto prazo, para os quais o prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra e para arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor, relativos a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Cumpre ressaltar, que os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Direito de uso de ativos

A Empresa reconhece os direitos de uso de ativos na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.3. Principais políticas contábeis--Continuação

2.3.2. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, A Empresa usa a sua taxa incremental de empréstimos na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Premissas para o reconhecimento

A Empresa reconhece o direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma.

A Empresa não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas.

- (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos de baixo valor não são considerados.
- (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.3. Principais políticas contábeis--Continuação

2.3.2. Arrendamentos--Continuação

Premissas para o reconhecimento--Continuação

- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) A taxa de desconto utilizada é de 23,76% a.a. em 2021 (11,25% a.a. a 11,34% a.a em 2020), calculada ao adicionar sobre a última disponibilização da curva DI x pré de 08/02/2021. O spread de crédito incidente sobre a emissão do certificado CRI, para o período de 30 anos.
- (vii) Prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela duração do respectivo fluxo de pagamento;
- (viii) Garantia - estimativa do impacto da garantia reduzindo sinteticamente o rendimento (yield) observado nas curvas de captação da Empresa; e
- (ix) Ambiente econômico similar - risco de crédito da Empresa, risco do país, moeda do contrato e data do início da captação.

As operações de arrendamento da Empresa em vigência em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo na rubrica de passivo de arrendamentos. O passivo é inicialmente reconhecido pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juros implícita nos contratos.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.3. Principais políticas contábeis--Continuação

2.3.2. Arrendamentos--Continuação

Premissas para o reconhecimento--Continuação

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A Empresa como arrendadora

A Empresa atua como arrendadora, locando essas UFVs para os consórcios e cooperativas, e não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo e são classificados como arrendamentos operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

2.3.3. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados, quando elegíveis, até a finalização da construção dos ativos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação dos ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

| | Vida útil (anos) | |
|-------------------------------|------------------|---------|
| | 2021 | 2020 |
| Máquinas e equipamentos solar | 25 - 30 | 25 - 30 |

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.3. Principais políticas contábeis--Continuação

2.3.3. Imobilizado--Continuação

No fim de cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O valor contábil de um ativo imobilizado é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado (Nota 2.3.5). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.3.4. Intangível

A Empresa capitaliza os gastos com o desenvolvimento e a formação da carteira de clientes (Set-Up de clientes), tendo em vista que são gastos incorridos para fidelização de clientes que gerarão benefícios econômicos futuros. A taxa de amortização foi definida com base no giro médio da carteira de clientes. Tal estimativa é revisada anualmente pela Administração. Em 31 de dezembro de 2021, o valor total dos gastos com o desenvolvimento e a formação da carteira capitalizados foi de R\$5.111 (R\$0 em 31 de dezembro de 2020).

As taxas de amortização dos intangíveis estão apresentadas na Nota 10.

2.3.5. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

Em linha com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível, com vida útil determinada, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Isto posto, a cada encerramento do exercício, a Empresa revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.3. Principais políticas contábeis--Continuação

2.3.5. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")--Continuação

A Empresa avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual impactado pela COVID-19, e não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, 2020.

O valor recuperável das UFVs foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pelo conselho de administração, tendo como referência os contratos de locação de cada unidade fotovoltaica durante um período de vinte e cinco anos. A taxa de desconto antes de tributos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 12,4% (12,1% em 2020). As projeções consideram a inflação projetada dos contratos de locação, sem taxa de crescimento. Foi concluído que o valor justo líquido das despesas não excedeu o valor em uso.

Considerando o fluxo de caixa descontado de 31 de dezembro de 2021, a Empresa calculou o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem EBITDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos de redução/aumento no valor recuperável do ativo. A conclusão da Administração é que não há uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

2.3.6. Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e suas controladas, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Receita de locação

Receita da locação dos ativos de micro e minigeração de energia fotovoltaica (UFV) para consórcios ou cooperativas de consumidores de energia de baixa e média tensão (sistema de compensação de energia) que compartilham os direitos econômicos destes ativos. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento de 25 anos.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.3. Principais políticas contábeis--Continuação

2.3.7. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias.

A Empresa adota o regime tributário lucro presumido, calculados pelas alíquotas regulares de 32% de presunção de lucro, e sobre os 32% incidem 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

2.3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Empresa possuir uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.3.9. Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados.

2.3.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Empresa aplicou pela primeira vez os pronunciamentos vigentes e alterações, a partir de 1º de janeiro de 2021. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.3. Principais políticas contábeis--Continuação

2.3.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021-- Continuação

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa, visto que ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19.

2.3.11. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro para o CPC 50 Contrato de Seguro;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis;
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.

A Empresa está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações financeiras.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Empresa e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

- Provisão para perdas de créditos esperadas: Nota 2.3.1
- Vida útil do ativo imobilizado e intangível: Notas 2.3.3 e 2.3.4
- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Nota 2.3.5
 - Provisão para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas, dentre outros, que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos contratados pela Empresa.

- Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: Nota 2.3.2.

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | 2021 | 2020 |
|------------------------|--------------|------------|
| Bancos conta movimento | 3 | 21 |
| Aplicações financeiras | 1.144 | 363 |
| | <u>1.147</u> | <u>384</u> |

As aplicações financeiras possuem liquidez diária em fundo de renda fixa - DI, CDBs ou compromissadas com lastros de terceiros, indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), remuneradas a taxas de 65% até 105,2% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (65% até 104% CDI em 2020).

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

5. Caixa restrito

A Empresa mantém saldo de caixa restrito, na qualidade de cessão fiduciária decorrente de empréstimos contratados, conforme consta na Nota 14.

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|----------------|--------------|--------------|
| Circulante | 4.057 | 187 |
| Não Circulante | 1.040 | 1.493 |
| | <u>5.097</u> | <u>1.680</u> |

6. Títulos e valores mobiliários

Em fevereiro de 2021, com a finalidade de angariar recursos referentes a construção e ao desenvolvimento de 10 MWac referente a três novas fazendas solares e financiar 0,99MWac já operacionais, totalizando 10,99 MWac de capacidade de geração, foi emitido um Certificado de recebíveis imobiliários (CRI), no montante de R\$80 milhões.

O instrumento de CRI, emitido para financiamento das fazendas solares, possui enquanto garantia alienação de direito real de superfície, alienação fiduciária de cotas, além de garantia de natureza fidejussória, perdurando esta até a conclusão e desenvolvimento das três novas fazendas solares.

O valor total alienado é de R\$55.369 em dezembro de 2021, que corresponde ao saldo de ativo imobilizado da Empresa (R\$4.670 dezembro de 2020).

O saldo de em dezembro de 2021 de R\$16.017 corresponde às cotas juniores (TVM), adquiridas pela Empresa, Nota 12.

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|---|---------------|-------------|
| Certificados de recebíveis imobiliários - CRI | 16.017 | - |
| | <u>16.017</u> | <u>-</u> |

7. Contas a receber

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|----------------------|-------------|-------------|
| Duplicatas a receber | 213 | 134 |
| | <u>213</u> | <u>134</u> |

A Empresa não possui saldo de duplicatas vencidas em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e, também, não possui expectativa de perdas, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado

a) Saldos

| | Taxa média anual de depreciação - % | 2021 | | 2020 |
|--|--|---------------|--------------------------|---------------|
| | | Custo | Depreciação Acumulada | Líquido |
| Máquinas e equip. Locados - Fazenda Solar (i) | 0,25 | 18.826 | (984) | 17.842 |
| Usina em Construção - Fazenda Solar(ii) | | 37.527 | - | 37.527 |
| | | 56.354 | (984) | 55.369 |

(i) Refere-se às UFVs, equipamentos de propriedade da Empresa que são locados aos consórcios de geração de energia e que são depreciados de acordo com a vigência de cada contrato firmado.

(ii) Refere-se às UFVs, e adiantamento intercompany para a compra de equipamentos de propriedade da Empresa que estão em construção e ainda não foram conectadas.

b) Movimentação

| | 2019 | Adições | Depreciações | 2020 |
|---|-------|---------|--------------|--------|
| Máquinas e equip. Locados - Fazenda Solar | 4.882 | - | (212) | 4.670 |
| | 4.882 | - | (212) | 4.670 |
| | 2020 | Adições | Depreciações | 2021 |
| Máquinas e equip. Locados - Fazenda Solar | 4.670 | 13.534 | (362) | 17.842 |
| Usina em Construção - Fazenda Solar | - | 37.527 | - | 28.779 |
| | 4.670 | 51.061 | 362 | 55.369 |

Em 31 de dezembro de 2021 foram capitalizados R\$2.777 de juros aos ativos em construção (R\$0 em 31 de dezembro de 2020).

A totalidade das máquinas e equipamentos (fazenda solar) locados e em construção da Empresa foi dada em garantia de empréstimos e financiamentos.

Apesar do cenário reflexo da pandemia COVID-19, bem como a situação financeira da Empresa, descritos na Nota 1, a Administração concluiu que não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos da Empresa.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

9. Direito de uso e Passivo de arrendamento

a) Direito de uso

| | Saldo em 31/12/2019 (não auditado) | Adoção Inicial | Adições | Amortização | Saldo em 31/12/2020 |
|----------|--|-------------------|-------------|------------------------|------------------------|
| Terrenos | - | 930 | - | (32) | 897 |
| | Saldo em 31/12/2020 | Adições | Amortização | Saldo em 31/12/2021 | |
| Terrenos | 897 | 8.002 | (323) | 8.576 | |

b) Passivo de arrendamento

| | Saldo em 31/12/2019 (não auditado) | Adoção inicial | Juros | Pagamento Juros | Pagamento Principal | Saldo em 31/12/2020 |
|-------------------------|--|-------------------|-------|--------------------|------------------------|------------------------|
| Passivo de Arrendamento | - | 930 | 102 | (102) | (1) | 929 |
| Circulante | | | | | | 107 |
| Não Circulante | | | | | | 823 |
| | | | | | | <u>929</u> |
| | Saldo em 31/12/2020 | Adições | Juros | Pagamento Juros | Pagamento Principal | Saldo em 31/12/2021 |
| Passivo de Arrendamento | 930 | 8.002 | 1.191 | (912) | (64) | 9.146 |
| Circulante | | | | | | 1.204 |
| Não Circulante | | | | | | 7.942 |
| | | | | | | <u>9.146</u> |

10. Intangível

| | Taxa média anual de amortização - % | 2021 | | 2020 | |
|------------------------|--|--------------|--------------|--------------|----------|
| | | Custo | Amortização | Líquido | Líquido |
| Set Up - Fazenda Solar | 20 | 5.111 | (131) | 4.980 | - |
| | | <u>5.111</u> | <u>(131)</u> | <u>4.980</u> | <u>-</u> |

A movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é demonstrada a seguir:

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

| | 2020 | Adições | Amortização | 2021 |
|------------------------|------|---------|-------------|-------|
| Set Up - Fazenda Solar | - | 5.111 | (131) | 4.980 |
| | - | 5.111 | (131) | 4.980 |

11. Fornecedores

| | 2021 | 2020 |
|------------------------|------|------|
| Fornecedores nacionais | 897 | - |
| | 897 | - |

12. Empréstimos e Financiamentos

| | 2021 | 2020 |
|--|---------|------|
| Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) | 80.156 | - |
| Custos de transação a amortizar | (2.618) | - |
| | 77.538 | - |
| Circulante | 2.664 | - |
| Não circulante | 74.874 | - |
| | 77.538 | - |

Em fevereiro de 2021, foi realizada a 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), no montante de R\$80.083 com distribuição pública, dos quais R\$64.067 de CRI Seniores e R\$16.017 de CRI Subordinados (Nota 6), nos termos da Instrução CVM 414 e Instrução CVM 476, com vencimento em 28 de março de 2031 e 28 de março de 2036, respectivamente. Os créditos são oriundos de projetos de operações de locação de fazendas solares

O instrumento de CRI, emitido para financiamento das fazendas solares, possui enquanto garantia alienação de direito real de superfície, alienação fiduciária de cotas, além de garantia de natureza fidejussória, perdurando até a conclusão e desenvolvimento das três novas fazendas solares.

| Modalidade do financiamento | Taxa de juros | Moeda | Vencimento | 2020 | Captações | Provisão de juros | Pagamento de juros | Pagamento de principal | 2021 | Circulante | Não Circulante |
|-----------------------------|--------------------|-------|------------|------|-----------|-------------------|--------------------|------------------------|--------|------------|----------------|
| CRI | IPCA+15,58% a.a | BRL | fev/31 | - | 80.083 | 5.182 | (5.110) | - | 80.156 | 2.866 | 77.290 |

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e Financiamentos--Continuação

Cronograma de liquidação:

O cronograma de pagamento da parcela dos empréstimos e financiamentos do não circulante está demonstrado abaixo:

| | <u>Vencimento</u> |
|----------------|-------------------|
| 2023 | 5.330 |
| 2024 | 5.778 |
| 2025 | 6.401 |
| 2026 | 7.085 |
| 2027 | 7.757 |
| 2028 | 8.526 |
| 2029 | 9.386 |
| 2030 em diante | 27.027 |
| | 77.290 |

Garantias

Os empréstimos contratados para financiamento Capex (projeto Fazendas Solares) possuem, em sua maioria, enquanto garantia cessão fiduciária de recebíveis e direito real de superfície, alienação fiduciária de cotas e equipamentos, além de garantia de natureza fidejussória (Nota 9).

Cláusulas restritivas (covenants)

A Empresa possui contratos de empréstimos os quais possuem cláusulas restritivas (covenants) não financeiras, cujo descumprimento pode resultar, a critério dos respectivos credores, após notificação, no vencimento antecipado das dívidas em questão.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais nos referidos contratos.

13. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa possuía saldos em aberto com a controladora Ebes Sistemas de Energia S.A., conforme consta abaixo:

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|-------|-------------|-------------|
| Mútuo | - | 875 |
| Juros | - | 37 |
| | - | <u>912</u> |

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social, totalmente integralizado, é de R\$6.072, representado em 6.072.057 quotas, no valor nominal de R\$1,00 cada uma, assim distribuído entre seus quotistas:

| Quotista | 2021 | | 2020 | |
|------------------------------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|
| | Quantidade de quotas | Participação | Quantidade de quotas | Participação |
| Ebes Sistemas de Energia S.A. | 6.072.056 | 100% | 5.679.999 | 100% |
| Finco Assessoria Financeira Eireli | 1 | 0% | 1 | 0% |
| | <u>6.072.057</u> | <u>100%</u> | <u>5.680.000</u> | <u>100%</u> |

b) Aumentos de capital

Em 30 de abril de 2021, houve o aumento do capital social da Empresa, no valor de R\$386, em decorrência de um contrato de adiantamento para futuro aumento de capital social, firmado em 30 de novembro de 2020, referente as empresas incorporadas, que consta na nota 1. Desta maneira, o capital social da Sociedade passou a ser de R\$6.072, dividido em 6.072.057 quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.

c) Reserva legal

Em 2020 foi constituída, conforme aprovação pelos sócios em atas, em decorrência da apuração de lucro no fechamento do exercício, reserva legal no montante de R\$50 (R\$40 em 2019). Em 2021 em decorrência do prejuízo apurado não foi constituída nenhuma reserva.

d) Reserva de lucros

A reserva de lucros é formada por lucros retidos e estão à disposição da Administração para distribuição. Em 2021 a empresa apresentou prejuízo e, portanto, parte foi compensada com o saldo de reserva de lucros. (R\$107 em 2020).

e) Distribuição de dividendos

Em 2020 os dividendos distribuídos foram de R\$908, sendo R\$607 referente ao exercício de 2019 e R\$300 referente aos dividendos intermediários de 2020, conforme aprovação pelos sócios acionistas em ata.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

15. Receita operacional líquida

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|-----------------------------|-------------|--------------|
| Receita de locação | 926 | 1.063 |
| (-) Impostos sobre receitas | (34) | (39) |
| | <u>892</u> | <u>1.024</u> |

16. Abertura dos custos e despesas por natureza

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|--|--------------|--------------|
| Matérias-primas, materiais e serviços terceiros | (30) | (74) |
| Serviços de terceiros | (146) | (42) |
| Aluguéis | 12 | 2 |
| Depreciações e amortizações | (585) | (244) |
| Despesas tributárias | (5) | (12) |
| | <u>(754)</u> | <u>(370)</u> |
| Custo dos serviços prestados e produtos vendidos | (486) | (316) |
| Gerais e administrativas | (267) | (54) |
| | <u>(754)</u> | <u>(370)</u> |

17. Resultado financeiro

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|--------------------------------------|----------------|--------------|
| <u>Despesas financeiras</u> | | |
| Despesas bancárias | (5) | (4) |
| Juros, multas e descontos concedidos | (2.812) | (153) |
| | <u>(2.817)</u> | <u>(157)</u> |
| <u>Receitas financeiras</u> | | |
| Rendimento de aplicações financeiras | 569 | 24 |
| | <u>569</u> | <u>24</u> |
| | <u>(2.248)</u> | <u>(133)</u> |

18. Provisão para demandas judiciais

A Empresa no curso normal dos seus negócios está sujeita a riscos processuais, sobre os quais a Administração apoiada por seus assessores jurídicos avalia anualmente, e, quando necessário, constitui provisões baseadas nessa avaliação sob a melhor estimativa que possuem na oportunidade do evento.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Empresa não detinha nenhum processo com probabilidade de perda provável e possível.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

19. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração. As operações da Empresa estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

Instrumentos financeiros por categoria de valor justo e contábil

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

| | 2021 | | 2020 | | Mensuração a valor justo |
|--|----------------|---------------|----------------|-------------|--------------------------|
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | |
| Ativos financeiros | | | | | |
| <u>Valor justo por meio do resultado</u> | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.147 | 1.147 | 384 | 384 | Nível 2 |
| Caixa restrito | 5.097 | 5.097 | 1.680 | 1.680 | Nível 2 |
| Títulos e valores mobiliários | 16.017 | 16.017 | - | - | Nível 2 |
| <u>Custo amortizado</u> | | | | | |
| Contas a receber | 213 | 213 | 134 | 134 | Nível 2 |
| | 22.474 | 22.474 | 2.198 | 2.198 | |
| Passivos financeiros | | | | | |
| <u>Custo amortizado</u> | | | | | |
| Fornecedores | 897 | 897 | - | - | Nível 2 |
| Empréstimos e financiamentos | 77.538 | 77.538 | - | - | Nível 2 |
| Passivo de arrendamento | 9.146 | 9.146 | 929 | 929 | Nível 2 |
| Partes relacionadas | - | - | 912 | 912 | Nível 2 |
| | 87.581 | 87.581 | 1.841 | 1.841 | |

a) Considerações sobre riscos

Hierarquia

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Empresa para cada instrumento.

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

19. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre riscos--Continuação

Hierarquia--Continuação

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa e suas controladas incorrerem em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

| | <u>Nota</u> | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|---|-------------|---------------|-------------|
| Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito (i) | 4 e 5 | 6.244 | 2.064 |
| Contas a receber de clientes e partes relacionadas (ii) | 5 | 213 | 134 |
| Titulos e valores mobiliários(iii) | 6 | 16.017 | - |
| | | 22.475 | 2.198 |

(i) Bancos: Esses montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

(ii) Contas a receber de clientes: A Administração busca mitigar o risco de inadimplência de sua carteira por meio de monitoramento e avaliação periódica individual de seus clientes.

(iii) Titulos e valores mobiliário: Corresponde às cotas juniores adquiridas na emissão do CRI.

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela Empresa pode incluir referências bancárias.

Os limites de crédito dos clientes não são analisados diretamente na Empresa. Esta análise é realizada na controladora EBES Sistemas de Energia S.A, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceito para cada cliente. Esses limites são revistos sempre que necessário ou solicitado.

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

19. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preço das matérias-primas, têm nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos.

Risco de variação cambial

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Empresa não apresenta saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Empresa estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Empresa é manter níveis de liquidez adequadas para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Empresa não tem risco de liquidez significativo, considerando a sua capacidade de geração de caixa. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez. A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais instrumentos financeiros por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro não descontado da Empresa em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

| | Saldo | Fluxo financeiro | Menos de 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 ano a 5 anos | Acima de 5 anos | Total |
|--|--------|------------------|------------------|--------------------|-------------------|-----------------|----------------|
| Em 31 de dezembro de 2021 | | | | | | | |
| Passivos: | | | | | | | |
| Fornecedores | 897 | 897 | 897 | - | - | - | 897 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 14) | 77.538 | 156.530 | 487 | 7.402 | 51.348 | 97.293 | 156.530 |
| Passivos de arrendamentos (Nota 11) | 9.146 | 34.668 | 302 | 905 | 6.033 | 27.428 | 34.668 |

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2020

Passivos:

| | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----|--------|-----|-----|-------|--------|--------|
| Fornecedores | 1 | 1 | 1 | - | - | - | 1 |
| Passivos de arrendamentos (Nota 11) | 929 | 26.508 | 225 | 676 | 4.506 | 21.101 | 26.508 |

19. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

a) Risco regulatório

A Empresa está sujeita às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros da Empresa são monitoradas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

20. Cobertura de seguros

Os ativos imobilizados da Empresa estão garantidos por contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

A administração da Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados como suficiente para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade.

| Descrição | Limite máximo de indenização |
|---|------------------------------|
| Incêndio, inclusive decorrente de tumultos, raio, explosão de qualquer natureza e implosão | 1.000 |
| Erros e Omissões | 26.500 |
| Vendaval Furacão e Ciclone | 30.000 |
| Danos elétricos | 10.000 |
| Despesas extraordinárias | 1.000 |
| Despesas de agilização | 1.000 |
| Despesas de desentulho | 1.000 |
| Despesas de salvamento e contenção de sinistros | 1.000 |
| Despesas com honorários de peritos | 1.500 |
| Pequenas obras de engenharia para aplicações, reparos e reformas | 5.000 |
| Recomposição de registros e documentos | 300 |
| Roubo e Furto de bens mediante a arrombamento nas dependências do segurado (condicionado a existência e permanência de vigilância 24 no local de risco) | 2.500 |
| Alagamento e/ou inundação | 5.000 |
| Lucros cessantes | 9.000 |
| Quebra de equipamentos (Danos Materiais) | 15.000 |
| D&O (Responsabilidade Civil) | 500 |

21. Eventos subsequentes

João Pinheiro Solar Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Em linha com o plano de expansão da Empresa, em 31 de janeiro de 2022 e em março de 2022, foram conectadas duas novas fazendas solares (UFV), a Monte Carmelo e a Frutal, respectivamente, ambas com 2,5 MWac de capacidade.

Declaração dos Diretores Estatutários

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores Estatutários da João Pinheiro Solar Ltda. declaram que (a) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019; e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitido em XX de março de 2022, sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

São Paulo, XX de março de 2022.

Diretoria - João Pinheiro Solar Ltda.